

## **MINISTRA MARINA SILVA**

Seringalista, empregada doméstica, costureira e professora. Essas são algumas das profissões que Marina Silva desempenhou antes de se tornar senadora e, finalmente, ministra do Meio Ambiente. Nasceu em 1958, saiu do seringal aos 16, alfabetizou-se aos 17 e aos 26 formou-se em História pela Universidade Federal do Acre, para depois ser eleita vereadora e deputada.

Durante sua gestão como senadora, foi considerada uma dos 100 parlamentares mais influentes no Congresso Nacional.

Ao entrar para o ministério, a companheira de luta de Chico Mendes (importante líder ambiental brasileiro, também seringalista e líder sindical, cuja luta pela preservação da Amazônia motivou seu assassinato, em 1988) inovou adotando uma política ambiental integrada, estabelecendo critérios de sustentabilidade para o planejamento de outros setores do governo, desde infra-estrutura até educação e saúde.

A ministra está à frente de muitos índices que são motivos de comemoração dentro e fora do governo, como o de áreas protegidas na Amazônia legal que, em 2007, atingiu 38%, sendo 30% de terras indígenas ou comunidades tradicionais e 8% de áreas com proteção integral. Também tem a marca de Marina os 19,7% de proteção da região sob forma de Unidade de Conservação.

Sua gestão entre 2003 e 2006, primeiro mandato do governo Lula, inaugurou um novo modelo de gestão ambiental, que passou a contar com a participação de diferentes setores do governo federal e da sociedade. Foi a partir desse modelo que surgiu o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento, em 2004. O plano foi peça-chave na redução estimada de mais de 50% na taxa de desmatamento entre 2004-2005 e 2005-2006.

No entanto, no segundo semestre de 2007, o desmatamento na Amazônia voltou a subir cerca de 10% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado reflete um pouco o paradoxo que é o governo Lula, onde o agronegócio, amplamente amparado por políticas de incentivo, está sempre desafiando as boas intenções da ministra (o Serviço Florestal Brasileiro admitiu que esse aumento pode ter sido em função do avanço das culturas de soja e cana-de-açúcar e da agropecuária sobre as áreas de floresta).

A senadora chegou ao Ministério com a credibilidade de quem na vida pessoal e de congressista esteve a serviço da causa amazônica. Com ela, também adentrou o poder boa parte da mobilização dos movimentos sociais da região.

No entanto, muitos avanços esperados não acontecerem, em parte devido à estrutura governamental-partidária de Lula. O programa "Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil", bandeira da campanha presidencial de 2002, acabou sendo descartado, e o mais importante de todos, o PAS (Plano Amazônia Sustentável) não teve o aval do presidente.

Sem poder no governo, o Ministério do Meio Ambiente avançou menos do que se esperava, mas foi além do que as políticas governamentais para região permitiriam, graças à persistência da ministra.